

## Os 20 anos do Plano Real e o jornalismo de economia no Brasil<sup>1</sup>

Hérica Lene (UFRB)<sup>2</sup>

### Resumo:

Há 20 anos, em 1º de julho de 1994, entrou em vigor o Plano Real. O Congresso Nacional promoveu antecipadamente, em 25 de fevereiro, uma sessão solene para comemorar a data e veículos de comunicação resgataram o assunto com reportagens, especiais e análises de especialistas. Esse pacote, elaborado por uma equipe de economistas formada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi implementado com um propósito ousado: barrar a inflação, que corroía o poder de compra do brasileiro, e colocar a economia do país nos trilhos. Este artigo tem como objetivo rememorar esse fato histórico, com enfoque no jornalismo de economia, a partir de levantamento bibliográfico, análise da cobertura (da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*) e de entrevistas com jornalistas de referência desse subcampo. Faz parte da pesquisa que gerou o livro “Jornalismo de economia do Brasil” (LENE, 2013).

**Palavras-chaves:** Comunicação; Jornalismo de Economia; História do Brasil; História da Imprensa; Memória.

### Introdução

Há 20 anos, em 1º de julho de 1994, foi implantado o Plano Real. O Congresso Nacional promoveu antecipadamente, em 25 de fevereiro de 2014, uma sessão solene para comemorar o aniversário desse plano econômico, que foi elaborado por uma equipe de economistas formada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro semestre deste ano, muitos veículos de comunicação fizeram reportagens ou cadernos especiais sobre o assunto, com análises de especialistas, trazendo à memória de muitos consumidores informações sobre esse importante fato da história do Brasil<sup>3</sup>. A mídia se configura como um dos “senhores da memória” da sociedade e as comemorações são um tipo de evento midiático que coloca em relevo a questão da memória. Espécies de marcos que reatualizam o passado, são um importante instrumento utilizado pela prática jornalística, para construir uma dada memória da sociedade (BARBOSA, 2004; 2006).

O propósito do Plano Real era ousado: barrar a inflação, um problema crônico, que corroía o poder de compra do brasileiro, e colocar a economia do país nos trilhos. Com a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ (2009), mestre em Comunicação pela UFF (2004) e professora do curso de Comunicação da UFRB. E-mails: hericalene@pesquisador.cnpq.br e hericalene@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Só para citar alguns, impressos como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Carta Capital*, *Época Negócios*, *Isto É Dinheiro* fizeram especiais sobre o assunto.

nova moeda, o Brasil saiu de uma inflação exorbitante<sup>4</sup> para uma taxa em torno de 2% ao mês no primeiro aniversário do real. Em vinte anos de vigência, o real deu um gás no salário mínimo, que saltou de R\$ 64,79, para R\$ 724, um aumento de mais de 1.000%.

E jornalismo de economia vai se inserir nesse contexto e se adaptar aos tempos de estabilização. Este artigo tem como objetivo rememorar esse fato histórico do país com enfoque no jornalismo voltado para a cobertura dessa área<sup>5</sup>.

Esta abordagem consiste em uma parte da pesquisa que gerou o livro “Jornalismo de economia do Brasil” (LENE, 2013), cujo objetivo principal foi compreender o processo de mudanças da imprensa nas duas últimas décadas do século XX por meio da análise de dois dos principais jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo* (de 1921) e *O Globo* (de 1925)<sup>6</sup>. O *corpus* de análise foi delimitado a partir da seleção dos acontecimentos econômicos mais marcantes desse período: os oito pacotes econômicos implementados a partir de 1986. O recorte do material empírico se concentrou nas edições dos meses de lançamento dos pacotes econômicos. Também foram realizadas entrevistas com jornalistas considerados referências nesse subcampo.<sup>7</sup>

Este artigo está organizado em duas partes: uma primeira que aborda o contexto de surgimento do Plano Real e a construção comunicacional e estratégica de sua credibilidade; e a segunda, que trata do jornalismo de economia nessa conjuntura.

## **1. A construção estratégica da credibilidade do Plano Real**

Controlar a inflação crônica que havia se tornado uma doença na economia brasileira virou uma obsessão dos governos. Mas os políticos sabiam que todos os planos de estabilização, desde 1953, haviam produzido dores políticas de curto prazo, como quedas no salário real e encolhimento de crédito, criando uma recessão. Presidente após presidente havia recuado da estabilização: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros.

---

<sup>4</sup> Tomando-se a média dos cinco índices publicados por diferentes institutos de pesquisa, a taxa de inflação acumulada havia chegado a 758,59% no primeiro semestre de 1994. Isso representou uma inflação média mensal de 43,1%, equivalente a uma taxa anual de 7.271,84% (BALANÇO DOS 12 MESES DO PLANO REAL).

<sup>5</sup> Adota-se “jornalismo de economia”, ao invés de “jornalismo econômico”, por entender ser o termo mais apropriado por tornar seu sentido mais preciso: se referir à cobertura jornalística dos assuntos do campo econômico. Com larga tradição, ela se consolida no Brasil ao longo do século XX.

<sup>6</sup> Esses periódicos se destacaram nos anos 1970, mantiveram essa posição até os dias de hoje e têm influência política sobre a opinião pública nacional. Suas editorias de economia se consolidaram nesse período e serviram de modelo para a imprensa do Brasil (ABREU, 2003, p. 32). Representam “a grande imprensa” porque têm cobertura nacional e, historicamente, são os de maior prestígio, que têm a maior capacidade de influenciar outros meios de comunicação e também a agenda de debates do país.

<sup>7</sup> Foram entrevistados Joelmir Beting (que morreu em 29/11/2012) e Luís Nassif, em São Paulo, no dia 26 de março de 2007. A jornalista Miriam Leitão foi entrevistada no Rio de Janeiro, no dia 15 de maio do mesmo ano. O depoimento de Carlos Sardenberg foi retirado de duas palestras (2004 e 2008) e o de Aloysio Biondi, da revista *Caros Amigos* (1998).

Castelo Branco, fortalecido por um regime autoritário, persistira na estabilização tempo suficiente para alcançar uma conclusão bem-sucedida. Depois dos mandatos de José Sarney e de Fernando Collor, Itamar Franco parecia tão pouco inclinado quanto seus predecessores a levar a cabo essa batalha. Ele entendia pouco de economia e demonstrava uma atitude impaciente com medidas econômicas impopulares. A diferença entre o destino de seu plano e as tentativas anteriores revelou-se em seu senso de oportunidade e na escolha do ministro da Fazenda (SKIDMORE, 2003, p. 310-311).

Depois de “reembaralhar” constantemente seus ministros, ele nomeou, em 1993, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ministro das Relações Exteriores, e, depois, em 1994, ministro da Fazenda. FHC era o 4º a ocupar esse cargo em um período de apenas sete meses. Ele, por sua vez, reuniu uma equipe de economistas reconhecidos, incluindo Pérsio Árida, Edmar Bacha, André Lara Resende e Gustavo Franco, muitos dos quais haviam colaborado para o Plano Cruzado em 1986 (SKDIMORE, 2003, p.310; NASSIF, 2007, p.210-211).

FHC conta – em seu livro autobiográfico *A arte da política – a história em que vivi* (2006) – que eles apostaram em quatro frentes de batalha no caminho até a proposta do Plano Real. A primeira era ajustar, tanto quanto possível, o orçamento daquele ano, 1993, e preparar um que fosse equilibrado para 1994. A segunda frente travou-se, principalmente, com os estados, que acumulavam gigantescas dívidas com a União e não as vinham pagando com a regularidade devida. A terceira frente consistiu em defender a necessidade de caminhar no processo de privatização de empresas estatais, para ajudar o esforço de ajuste fiscal e promover o investimento na expansão e na melhoria de serviços públicos, segundo ele. Já a quarta frente dizia respeito à negociação da dívida externa e à volta do Brasil ao mercado financeiro internacional, com a suspensão da moratória (CARDOSO, 2006, p.144-146).

Em seu conjunto, essas quatro frentes de batalha formavam o que FHC e sua equipe entendiam como a “etapa preparatória para um ataque frontal à inflação”. Em meio a muitas discussões, tornou-se claro que a reforma monetária se desdobraria em duas fases. Na primeira, o objetivo seria promover um alinhamento voluntário de preços e preparar o terreno para a derrubada da inflação, sem congelamentos e desrespeito a contratos:

Como “alinhar preços” se eles variavam a cada dia? Seria preciso mostrar à população que era o dinheiro nacional que variava, e não o custo objetivo da produção ou o ganho com ela. A maneira mais simples de ver isso seria transcrever tudo em dólares, mas esse procedimento traria vários inconvenientes. Daí a decisão de utilizar como termo de comparação, uma

moeda estável inventada por nós, a Unidade Real de Valor (URV), que seria um substituto do dólar como ponto de referência. A população já se acostumara, por exemplo, a pagar impostos com o que se chamava de Unidade Fiscal de Referência (Ufir), que atualizava o valor dos impostos e de alguns contratos diante do desgaste da moeda. Pretendíamos deixar claro que uma moeda – o cruzeiro real de então – estava doente, e que a outra era sã, estável. Dito assim pode parecer simples. Custou, porém, muita discussão técnica e cuidado jurídico para que a ideia inicial tomasse forma concreta (CARDOSO, 2006, p.146).

O cruzeiro real foi instituído, pelo governo Itamar Franco, no dia 1º de agosto de 1993, substituindo o cruzeiro, que sofreu um corte de três zeros. A troca foi feita para facilitar o uso da aritmética e reduzir os custos da Casa da Moeda com a emissão física de dinheiro. As cédulas antigas passaram a circular com o carimbo de cruzeiro real, uma denominação sugerida por um funcionário da Casa da Moeda do Brasil em carta ao Palácio do Planalto. Não houve, naquele momento, qualquer reforma monetária, apenas uma medida de cunho mais administrativo para facilitar a vida dos brasileiros (PRADO, 2005, p.127). A segunda fase da reforma consistia no lançamento da nova moeda e na definição de regras cambiais e monetárias consistentes com o objetivo de manter a inflação baixa.

Para Filgueiras (2000, p.93-98), a matriz básica de elaboração do Plano Real foi constituída do chamado “Consenso de Washington”<sup>8</sup> e da experiência do Plano Cruzado. O economista ressalta que todos os planos de estabilização adotados, nos últimos anos, na América Latina, são da mesma família do “Consenso”, na realidade, um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) em mais de 60 países de todo o mundo.

Esses planos seguiram sempre o mesmo roteiro em todos os países onde foram adotados: combate à inflação, através da dolarização da economia e de valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social – e a desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira (FILGUEIRAS, 2000, p.93-98).

E o Plano Cruzado acabou sendo referência para o Plano Real no que diz respeito às discussões sobre inflação inercial; ao debate entre as propostas de uma “moeda indexada” e

---

<sup>8</sup> Conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos EUA, realizadas em Washington, no início dos anos 1990. Delas, surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (que privatizasse as atividades produtivas) e com um mínimo de despesas, como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição de renda funcional e regional (SANDRONI, 2005, p.179).

as de um “choque heterodoxo”; e à própria condução prática da política de estabilização do Cruzado, que indicou os procedimentos que não deveriam ser repetidos.

O mérito operacional do Plano Real foi a invenção da URV, uma unidade fictícia, que variava de acordo com a inflação. Isso foi feito atribuindo a uma URV um poder de compra diferente todos os dias pela manhã. Em seguida, após um período de estímulo ao alinhamento dos preços, foi introduzido o real, de valor igual à URV, e um congelamento temporário dos salários e das tarifas públicas.

Esse congelamento e a entrada mais barata de produtos estrangeiros em URV asseguraram um grau de estabilidade, sem a necessidade de um congelamento geral. Mas, em contrapartida, deu-se uma alta expressiva nos preços dos bens que não tinham oferta internacional. O custo de uma cesta básica de alimentos, por exemplo, subiu de 86 URVs (antes do plano) para 104 URVs; e foi para 94 URVs após um ano de sua vigência. Os custos de serviços para a classe média e o valor dos aluguéis também subiram (KUCINSKI, 2000, p.129-130).

As condições internacionais eram favoráveis ao lançamento do Plano Real. Com o avanço da logística e das comunicações, teve início a implosão das formas tradicionais de produção. As grandes multinacionais passaram a alocar unidades em todo o mundo, buscando países com mercado interno e/ou vantagens competitivas (NASSIF, 2007, p.180-181).

Como fazer com que a população depositasse confiança em mais um pacote econômico, o oitavo após a redemocratização? Esse foi um dos desafios enfrentados pelo governo na gestação do Plano Real e, por isso, ele teve um cuidado redobrado no trabalho de comunicação sobre as mudanças que seriam implementadas.

No dia 31 de agosto de 1993, Edmar Bacha fez circular, pela equipe econômica do governo, um texto com sua proposta de estabilização, um programa que compreenderia três fases. Todas seriam previamente definidas. A primeira iria de setembro a dezembro de 1993 e abrangeria o encaminhamento para o Congresso de forte ajuste fiscal e patrimonial do governo. A segunda, de janeiro a julho de 1994, e seria a fase de transição. O real funcionaria como unidade básica de conta e de reserva de valor enquanto fossem adotados na prática os ajustes fiscal e patrimonial. A terceira, a partir de julho de 1994, e seria a fase

da estabilização propriamente dita. O real assumiria, então, o papel de nova moeda estável do país (PRADO, 2005, p.146).<sup>9</sup>

Entre outubro e dezembro de 1993, os lineamentos básicos do plano estavam formulados. Com a votação da URV ainda inconclusa, FHC exonerou-se do cargo de ministro da Fazenda, no dia 2 de abril de 1994, para se candidatar à Presidência da República (CARDOSO, 2006, p.201).

Em seu lugar, assumiu Rubens Ricupero, que era embaixador de carreira do Itamaraty. Ele teve de adaptar-se rapidamente ao vocabulário do “economês” e acabou fazendo um contraponto com relação aos “homens do Real”, mais ligados ao mundo acadêmico – onde as ideias normalmente transitam por meio de códigos sofisticados, de difícil entendimento para os leigos – e pouco pacientes na difícil arte de comunicar o que pensam para o público (PRADO, 2005, p. 226-227).

Entre os economistas do real, apenas um tinha a capacidade de explicar medidas técnicas e iniciativas mais complexas de forma didática: Edmar Bacha. Os demais membros da equipe econômica tinham dificuldades de dar explicações sobre as questões operacionais do plano. Eles se esquivavam de informar à imprensa sobre as medidas tomadas. Afinal, explicar um plano tão sofisticado para um simples mortal era, no entendimento da maioria, uma tremenda perda de tempo. Muitas vezes, os jornalistas que faziam a cobertura da Fazenda ouviam, dos formuladores do Plano Real, respostas do tipo: “Não adianta explicar os detalhes da medida, porque você não vai entender!”. O ponto de vista quase unânime da equipe era o de que a mídia desgastava e deturpava, e que os jornalistas eram incapazes de entender as tecnicidades envolvidas nas questões econômicas (*ibid.*, p.231, 232 e 238).

Diante disso, na tentativa de divulgar o Plano Real, Ricupero acabou fazendo um importante trabalho de comunicação com a população sobre o novo pacote e se tornou seu garoto-propaganda. Itamar o chamava de “Apóstolo do Real”, por passar um bom tempo a peregrinar pelo país, buscando adesões à causa da estabilidade (*ibid.*, p.126). Fazer a opinião pública compreender e apoiar o novo pacote era um desafio, principalmente porque muitas questões ainda estavam sendo discutidas pela equipe econômica.

Boa parte da população brasileira entrou naquela fase de transição sem saber o que era a URV. Mesmo pessoas mais bem informadas, com conhecimento de economia, tinham

---

<sup>9</sup> Quatro séculos após o descobrimento, o Brasil lançou uma moeda homônima à que era usada nos séculos XVI e XVII. Na época, a maior parte do meio circulante brasileiro era composta por *reales* (como a palavra ficava, no plural), cunhados na Espanha e nas colônias hispano-americanas. Em 1582, o governo português fixou uma equivalência entre os *reales* da América Espanhola e os réis de Portugal: oito reales passaram a valer 320 réis. Os reales ou réis perduraram em todo o Brasil Colônia, inclusive após a vinda de Dom João VI para o Brasil, em 1808 (GUIA DO REAL, 1994).

dificuldade de entender o mecanismo da moeda virtual, que não passava de um grande indexador de preços. Para complicar, era um ano eleitoral. A impressão de que o Plano Real não passava de um truque para ganhar as eleições permeava a sociedade.

Como Ricupero não podia contratar serviços especializados de terceiros, recorreu à Radiobrás, a empresa de comunicações governamental, para fazer a divulgação do Plano Real. O único jeito era entrar em rede nacional, valendo-se da regra que permite ao governo convocar as emissoras para a transmissão de pronunciamentos das autoridades públicas. Quando souberam da intenção do ministro, as concessionárias de TV ficaram preocupadas com o uso regular de alguns minutos justamente no horário nobre (PRADO, 2005, p.234).

Diretores da *Rede Globo*, da família Marinho, foram a Brasília tentar convencer Ricupero a mudar de ideia. Falaram em nome de todas as outras emissoras. O argumento era que o uso do horário nobre para os pronunciamentos oficiais teria o inconveniente de impedir a repercussão dos destaques nos principais noticiários da noite. A rigor, teria também o efeito de atrapalhar a veiculação de comerciais, justamente no horário em que o aluguel do espaço na TV é mais caro. Sugeriram que Ricupero entrasse no ar na hora do almoço, quando a audiência é bem menor. Se assim ocorresse, comprometiam-se a repercutir no noticiário do horário nobre as declarações do ministro, chamariam atenção para os pontos mais importantes do pronunciamento do dia e fariam reportagens de destaque sobre eles (*ibid.*, p.234-235).

O primeiro pronunciamento foi ao ar no dia 13 de abril de 1994 e foi o único transmitido no horário nobre, às 19h50. Ricupero se dirigiu basicamente aos trabalhadores que haviam acabado de receber o primeiro salário referenciado à URV, no início de abril. A URV havia sido instituída para vigorar a partir de 1º de março e salários, pensões, aposentadorias e os vencimentos do funcionalismo público tiveram de ser obrigatoriamente convertidos de cruzeiro real para URV. Iniciou-se uma difícil etapa do plano, que envolvia o maior de todos os riscos: a aceleração da inflação. Ricupero enfatizou, naquele primeiro comunicado, que o plano de estabilização em gestação não traria surpresas, sustos ou correrias, e conclamou o Congresso Nacional a dar um crédito, aprovando o projeto (PRADO, 2005, p. 235-236).

A URV, a rigor, não era moeda no sentido amplo da palavra, e o povo sabia disso. Mas se tornaria moeda mais adiante, e era preciso, por meio de uma campanha de convencimento, manter a credibilidade daquilo que ninguém sabia bem o que era. Naqueles meses de transição, ela funcionava apenas como unidade de conta (*ibid.*, p. 237).

Ricupero, nos vários pronunciamentos que fez depois para o público, em cadeia de rádio e TV, aparecia como a personificação do plano. Ele era a cara do real para o público. Em suas declarações, imprimiu confiança. Por inúmeras vezes, empenhou sua palavra, afirmando que não haveria confiscos, nem choques, nem congelamentos, nem ameaças (PRADO, 2005, p.241).

No dia 10 de maio de 1994, a equipe econômica se reuniu na casa de Ricupero para definir os últimos detalhes. Contra qualquer avaliação técnica, havia o tempo político. As eleições ocorreriam dali a cinco meses e àquela altura a nova moeda já teria de estar na rua e, de preferência, resultar em retumbante sucesso, pois o êxito do plano era importante para o projeto político do PSDB. Decidiu-se, na reunião, que o real seria lançado em 1º de julho. A data foi sacramentada na reedição da medida provisória da URV publicada em 1º de junho. A decisão atendia aos anseios políticos, mas não era nada confortável para a própria equipe, que continuava empacada na definição de questões fundamentais (*ibid.*, p.222).

FHC conta como se posicionou para conseguir fazer com que o plano fosse desenvolvido e implementado:

Busquei exercer a arte da política, que consiste justamente em criar condições para que se possa realizar um objetivo para o qual as condições não estão dadas de antemão. Por isso a política é uma arte e não uma técnica. E sua arma principal na democracia é a persuasão. Graças à persuasão, ao convencimento da sociedade, em que me empenhei obsessivamente, acabou sendo possível formar os consensos mínimos onde eles eram presumivelmente mais difíceis e certamente mais necessários: dentro do governo, no Congresso, com os partidos, ou seja, entre os agentes que tomam as decisões políticas ou impedem que elas sejam tomadas. Não sendo economista, minha ação se animava pela intuição política e pelos valores da minha formação democrática. Em meio a muitas dúvidas, abrigava só uma e fundamental certeza, de que só um programa que pudesse ser explicado e compreendido pelas pessoas seria capaz de derrubar a inflação de forma duradoura e colocar em marcha a reorganização do Estado brasileiro (CARDOSO, 2006, p.146).

A articulação de FHC foi fundamental para impulsionar o andamento do plano, que precisava dos meios de comunicação para conseguir a adesão às medidas. Mas a ideia de adotar uma postura aparentemente transparente, mediante a opinião pública, com relação à proposta veio de um economista da equipe:

Foi Pérsio Árida quem apresentou a sugestão “revolucionária”: minimizar as regras e torná-las transparentes. A complicada relação entre preços cambiantes, graças à erosão diária do cruzeiro real, e a URV seria explicada à população. Isso batia com o que eu mais acreditava: a pedagogia democrática. Nada seria secreto. Nós anteciparíamos os principais passos do que iria ocorrer e mostraríamos que se tratava de um processo e não de um ato milagroso. Portanto, haveria que trabalhar com o



tempo e tornar o povo partícipe ativo desse processo. Riscos havia: se os meios de comunicação não atuassem para ajudar nas explicações, se nós não fôssemos capazes de certo didatismo, se a descrença vencesse antes da troca de moeda (quer dizer, antes de a URV transformar-se em real), perderíamos a guerra. Preferi, no entanto, correr esse risco e não fazer um plano apenas tecnocrático (CARDOSO, 2006, p.174-175).

A aposta, segundo FHC, era no somatório entre informação adequada e liberdade de escolha, que apresentaria bom resultado. Mas, apesar de o delineamento do programa de estabilização ter sido apresentado em dezembro de 1993, o ceticismo da sociedade brasileira continuava. Somava-se a isso o espectro da candidatura de FHC à Presidência, que começava a aparecer. Assim, foi mesmo depois de 19 de janeiro de 1994 que o Congresso começou a aprovar, por etapas e com alterações, as principais medidas do Plano Real (*ibid.*, p.192).

As decisões foram sendo tomadas até as vésperas do lançamento da nova moeda, naquele 1º de julho de 1994, quando FHC já estava afastado do Ministério da Fazenda para ser candidato à Presidência. Nesse contexto, a preservação da ordem jurídica teve um peso enorme. Assustava a toda a equipe o fantasma das ações na justiça contra o governo, geradas, nos planos anteriores, por falta de pleno fundamento legal nas decisões (CARDOSO, 2006, p.181).

## **2. Ampliação da pauta em tempos de estabilização**

O que mudou no jornalismo de economia depois que o dragão da inflação foi relativamente domado? Quais características podem ser destacadas na cobertura após o Plano Real e o início dos tempos de estabilização?

Com o Plano Real, a economia brasileira ganhou previsibilidade e, a partir daí, pôde implementar estabilidade. De forma geral, esse plano foi bem recebido pela imprensa. A jornalista Miriam Leitão destaca o porquê de o Real ter dado certo, em sua avaliação:

Entendi, ao longo desse processo, que fazer com que as pessoas entendessem exatamente o tamanho do problema e da doença que tinha acometido o Brasil era lutar contra o problema, porque se mais gente entendesse, mais gente faria a coisa certa e lutaria contra a inflação. O plano só deu certo porque as pessoas entenderam. Precisavam entender. Então, o jornalismo econômico prestou um enorme serviço ao país – e eu tenho muito orgulho de ter participado desse período – por lutar contra um inimigo que roubava o futuro da pátria, que empobrecia os pobres, enriquecia os ricos, dava toda a base para a corrupção, permitia fraudes bancárias enormes, impedia o planejamento e a competição via preços. Porque se ninguém tinha noção de quanto custava cada coisa, ninguém podia escolher pelo preço. Se ninguém podia escolher pelo preço, o mais

forte ganhava sempre, e o mais forte na estrutura de preços, porque o Brasil tem uma economia muito cheia de cartéis, oligopólios e monopólios. E a economia era fechada. E isso fazia com que o consumidor fosse refém desses grupos da economia fechada. E isso e a neblina da inflação impediam que o consumidor visse e fizesse a relação entre valor e preço. Quebrou-se a relação entre valor e preço. Você não sabia mais se uma coisa era cara ou barata. Então, o jornalista precisava ajudar a entender isso. (...) A diferença do Plano Real é que eles deram tempo para as pessoas entenderem. Foi o primeiro plano que foi explicado com antecedência.

Em seu relato, ela destaca a importância do jornalista de economia em ser o agente intermediário na explanação sobre a lógica do pacote para a população. Entender a mecânica do Plano Real era função do jornalista, que deveria explicar e se tornava necessário por isso.

Joelmir Beting – que também trabalhou na cobertura do Plano Real, inclusive em um *Globo Repórter* exibido no 1º dia de circulação da nova moeda, no qual foi o mediador das perguntas da população para o ministro Ricupero, e para o presidente do Banco Central, Pedro Malan, no estúdio, em Brasília (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.277) – também destacou o papel da explicação antecipada das medidas:

O Plano Real acertou na mosca. Foi uma solução única no mundo, na literatura econômica, para um problema exclusivamente nosso. Só podia ser uma solução brasileira para um problema brasileiro: que foi um mecanismo de engenharia monetária para produzir a desindexação radical da economia. Então, inventou uma moeda, que era escritural, chamada URV, que passou a substituir não o cruzeiro, mas o dólar. Porque o refúgio, então, das pessoas, das famílias, até da baixa renda, era dolarizar tudo. Então você cria uma moeda para substituir o dólar. E não havia inflação no dólar. O preço dolarizado ficava congelado. (...) Aí eu ponho essa dolarização informal dentro de um mecanismo de conversão, chamado URV, com aviso prévio: que no dia 1º de julho ia se transformar no Real. E todo mundo que passou a conviver, entender a URV, passou a aceitar a chegada do real, e não deu outra.

E o que acontece com o jornalismo de economia nos países estáveis? A cobertura mudou após a estabilização? O jornalista Carlos Sardenberg destaca que o jornalismo de economia competente, em uma economia estável, é um jornalismo dedicado a empresas, empreendimentos e negócios. Ele destaca que esse subcampo e os jornalistas dessa área evoluíram ao longo dos planos econômicos:

Depois da redemocratização, nós entramos em uma sucessão de crises econômicas e políticas mal sucedidas. E isso obrigou os jornais, os veículos, a terem uma boa equipe de economia e obrigou os jornalistas a aprender. Se você faz uma pesquisa nos jornais e pega a cobertura do Plano Cruzado, em 1986, e depois da introdução do Real, em 1994, você

vê como a qualidade mudou. Na época do Cruzado, quando eu estava no Ministério do Planejamento, três ou quatro jornalistas estavam familiarizados com o assunto. Um deles era o Celso Pinto, que tinha boa familiaridade com os assuntos econômicos. Mas, quando a gente teve o segundo ou terceiro plano econômico, já tinha gente sabendo. E, em um determinado momento, nós tínhamos um verdadeiro check-list. Tem congelamento ou não tem congelamento? Tem tablita ou não tem tablita? Tinha uma equipe muito boa ...Tinha informação muito boa sobre qual era o melhor momento de aplicar na poupança. Então, a gente desenvolveu essa *expertise*. (...) Os jornalistas desenvolveram mais o conhecimento de economia. São, em geral, os repórteres mais bem pagos.

Sardenberg destaca que houve um amadurecimento da cobertura, ao longo dos sucessivos planos econômicos, o qual fez com que esses profissionais conseguissem alcançar um maior preparo e mais prestígio, pois, em geral, conseguem ser mais bem remunerados que seus pares na profissão.

Na avaliação de Miriam Leitão, com a estabilização, muita coisa mudou no jornalismo de economia, mas faltou cobrir com mais profundidade algumas áreas:

Há muito assunto por aí, mas há muita coisa mal coberta. Acho, por exemplo, que os jornalistas de economia não cobriram o que aconteceu com a indústria. Ela passou por uma mudança dramática, de um país fechado para um país aberto, de um país sem nenhuma competição para um país com grande competição, e como isso foi coberto? Quem contou o que aconteceu dentro das empresas que os economistas diziam que seriam destruídas, mas sobreviveram e ficaram mais eficientes? O que aconteceu mesmo no dia-a-dia da empresa brasileira? Ninguém contou direito a revolução dos agronegócios quando ela estava sendo feita. Só depois que a produção e a exportação de grãos explodiram é que se começou a falar no assunto. Ou o meio ambiente é que atrapalha o crescimento ou toda a produção é tratada como devastadora do meio ambiente. É preciso contar as histórias para que se sabia, caso a caso, qual é a melhor decisão para o país.

Na avaliação dela, alguns temas passaram a ser abordados pela editoria de economia depois da estabilização: combate à pobreza, natureza da desigualdade, desafios da educação. “Na época da superinflação, a cobertura de economia nem olhava para esses temas. Hoje, em *O Globo*, eles foram totalmente apropriados pela economia”, destacou. A pauta se ampliou e ela buscou alargar sua própria pauta:

Quando a inflação baixou, eu falei “poxa, agora eu quero cobrir o Brasil”. Então, eu comecei a lidar muito mais com outros temas, comecei a agregar outros temas na minha pauta. Eu não fiz isso sozinha, não. A editoria de economia fez isso também (...) e começou a cobrir desigualdade social, de uma forma muito mais técnica, estudando a desigualdade, os indicadores diferentes, foi quando a questão racial entrou na pauta. E eu entrei nessa pauta, defendendo a tese de que o Brasil tem racismo e grave, e está escrito nos números, e tem de ter medidas contra o racismo. Foi aí que eu fui entender melhor o quê que os movimentos

negros estavam falando. (...) Mas estava tudo na economia. Estou convencida que a economia não é forte se ela é tão desigual. Antes tinha uma emergência e nem podia lidar com isso. Depois, passada a emergência, eu podia cuidar dessas coisas.

Assim, com a passagem da instabilidade aguda para a estabilidade, com a consolidação do Plano Real, a imprensa de economia teve de buscar novos temas para abordar, ao lado da cobertura sobre os rumos da economia no país. Isso porque, quanto mais instável é o ambiente econômico, maior é a fonte de notícias – quentes e do dia. A pauta de economia incorporou, então, temas sociais e ambientais, conforme destaca Miriam Leitão:

É outro momento de ampliação do nosso olhar. Eu acho que, antes, o jornalismo econômico falava pouco para o cidadão comum, para o consumidor e tal. O jornalismo da ditadura era muito voltado para as empresas e era prisioneiro dos interesses dos grupos. Era muito prisioneiro do Delfim Neto, que comandava a pauta, era o soberano da pauta. Cobria Delfim Neto e Fiesp. Então, era prisioneiro das grandes empresas e do que eles achavam que era importante para o país e do Delfim Neto. E o jornalismo econômico ficou menos governamental ao longo dos anos. Demorou porque, com a emergência, nós tínhamos que continuar tendo fontes governamentais, ou seja, tínhamos que cobrir o governo. Significava cobrir o Ministério da Fazenda. Hoje, o Ministério da Fazenda não tem a importância que já teve no passado. Por quê? O jornalismo foi mais para a economia como um todo, para a empresa, para os consumidores, para os investidores, para os exportadores, para os contadores, foi para as pessoas, se privatizou. Buscou fontes, pautas fora e interesses fora. Durante um tempo, agregou também os trabalhadores.

A mídia foi considerada simpática demais com o governo FHC, conforme criticaram alguns jornalistas que atuaram no jornalismo de economia e escreveram artigos e livros sobre o tema, como Bernardo Kucinski (1998; 1999) e Aloysio Biondi (1998), que compartilham da opinião de Nassif, em seu depoimento, e têm identificação com o pensamento de esquerda.

Para Kucinski (1999, p.183), o sucesso do Plano Real de estabilização, em meados de 1994, estimulou o alinhamento da mídia a FHC. Ela se manteve, durante todo o primeiro mandato do presidente, aparentemente motivada por sua personalidade, sua fama de intelectual importante, em contraste com o horror que a alternativa Lula inspirava nas classes médias na época. O apoio dos meios de comunicação foi ao projeto de reestruturação econômica do Estado, no início magnificamente personificado pelo presidente. Sobre isso, o autor registra:

O sistema mídia como um todo fechou com o sistema de poder e por tabela com o sistema governo. Apenas alguns poucos veículos isolados e de circulação restrita, como a *Carta Capital*, manteve-se também sistematicamente crítico a FHC e, portanto, fora do sistema de apoio. *Veja*

tem sido o veículo mais explícito em colocar a reestruturação nos termos exatos em que é formulada pelo grande capital como um imperativo histórico, visão subjacente à postura de toda a mídia brasileira. Dos grandes jornais, apenas a *Folha de S.Paulo* matizou seu apoio sistêmico com revelações pontuais que podiam eventualmente pôr em risco o governo. A ausência de pluralismo, outra notável característica do discurso da mídia durante o primeiro mandato de Fernando Henrique, é mais um sintoma do caráter sistêmico do apoio. Apenas dois ou três colunistas mantiveram-se críticos ao governo, entre eles, Jânio de Freitas, Cony e Aloysio Biondi, nenhum deles, no entanto, engrossando o discurso tradicional do campo popular (KUCINSKI, 1999, p.183).

O apoio pouco crítico das empresas de comunicação a FHC foi sobredeterminado pelas volumosas privatizações das telecomunicações nas concessões de novas frequências de transmissão de rádio e TV e de áreas de exploração de TV a cabo. O traço central da reforma dos sistemas Telebrás, no governo FHC, foi sua fragmentação em empresas regionais, que passariam a ser disputadas por grupos privados, interessados em reorientar suas estratégias de expansão centradas nas telecomunicações (KUNCINSKI, 1999, p.183-184; BIONDI, 1998).

O discurso do jornalismo, na era FHC, na avaliação de Kuncinski (*ibid.*, p.186-188), “é essencialmente econômico e não veio para explicar e, sim, para persuadir”. A partir da tese de que liberar a economia era o único caminho, e FHC a única solução, não houve debate, nem mesmo durante a campanha eleitoral. Em FHC, o narcisismo tornou-se fator importante no desencadeamento do modo dogmático de governar. Reconhecidamente vaidoso, tinha também consciência do papel determinante da mídia como formatadora do espaço público da política e governava também para a televisão (KUNCINSKI, 1999, p.195).

Outros jornalistas da área apontam problemas na forma de fazer a cobertura de maneira geral. Aloysio Biondi, que atuou na cobertura de economia de 1967 a 2000, ao falar sobre o jornalismo de economia, em 1998, durante o governo FHC, disse que um de seus problemas mais graves foi que ele “nunca esteve tão vergonhosamente atrelado ao governo”.

Para Biondi, a qualidade do jornalismo de economia ficou comprometida, porque as empresas jornalísticas “fecharam” com o governo FHC, não só pela onda neoliberal, mas também por causa da privatização das telecomunicações. Ele avaliou esse tipo de cobertura da seguinte forma:

O jornalismo econômico é como o jornalismo policial, é fragmentado. Dá o momento de recorde e o momento de grande crise. Depois não fala mais nada e todo mundo fica pensando que só tem crise. Que é o fim do mundo.

A gente já passou por várias crises em que as pessoas pensavam que o mundo ia acabar. A crise do petróleo, a crise da dívida externa nos anos 80, tudo parecia indicar que o mundo ia acabar. E com a ajuda da imprensa, aí, sim, ideológica.

Luís Nassif, que tem uma postura mais combativa e crítica do que os jornalistas Miriam Leitão e Joelson Beting com relação ao modelo econômico adotado no país, diz que: “Já faz muito tempo que a economia é apresentada como uma ciência mágica, capaz de transportar o país para o progresso, sem esforço, e o jornalista de economia como o sujeito que usava o jargão econômico para se valorizar ou escrevia fácil sem explicar”.

Nassif diz que, desde os anos 1970, o jornalismo de economia ajudou a montar a fantasia do saber mágico, pairando acima da realidade do país e das pessoas: “Ajudamos a vender a fantasia do ‘milagre’, período em que todo empresário era tratado como uma ‘raposa felpuda’ que sabia tudo e tinha todas as virtudes”. Ele analisa:

Depois, nos anos 80, o jornalismo econômico ajudou a “vender a morfina dos pacotes econômicos milagrosos”. Desviamos a atenção nacional dos temas fundamentais, da educação, saúde, da gestão, da inovação, tudo trocado pela mística dos pacotes, pelo sebastianismo que atribuía a algumas pessoas o condão de transformar a vida nacional. Nos anos 90, nos deixamos seduzir pela miragem da abertura financeira indiscriminada, pelos sofismas de que a criação de vulnerabilidade externa atrairia capital volátil, que, por si, atrairia o capital de investimento. Ajudamos a vender o peixe de que, reduzindo a aposentadoria, os repasses para Estados e municípios, impondo um arrocho fiscal sem precedente, se abririam as portas do desenvolvimento para o país.<sup>10</sup>

Ele avalia que, muitas vezes, os jornalistas de economia e os jornais deixaram de lado aspectos fundamentais da construção do país, o respeito ao seu povo, a compreensão da sua história, o entendimento da sua cultura, a análise dos seus personagens e agentes econômicos, para substituí-los pela superficialidade das análises diárias de mercado.

## Conclusões

Em 1º de julho de 2014, o Plano Real completou duas décadas de vigência. Na sucessão de planos econômicos até o Real, observa-se que o Brasil e o jornalismo de economia mudaram significativamente nas últimas duas décadas do século XX.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Cf. *O jornalismo econômico*, artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 17 de setembro de 2003.

<sup>11</sup> Nesse período, ocorreram fatos marcantes no contexto político-econômico do país: redemocratização; promulgação da 8ª Constituição brasileira; mandatos de quatro presidentes da República; 13 ministros da Economia; oito planos econômicos anti-inflacionários de grande alcance e cinco trocas de moeda, que mexeram nas relações econômicas, na vida e no bolso de milhares de brasileiros.

Depois da redemocratização, a economia se tornou uma área estratégica da política, e a estabilização virou a meta principal dos governos. Os sucessivos planos econômicos levaram essa esfera para a centralidade das páginas dos jornais, que reafirmaram sua importância na agenda nacional de debates.<sup>12</sup>

Ao longo do processo traumático de tentar estabilizar a moeda, que tomou os dez anos seguintes, a imprensa de economia foi se especializando. Isso foi necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder a estabilização da moeda. A “grande imprensa”, aqui representada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, ampliou seus espaços de cobertura dos fatos econômicos. Nos anos 1980, esses periódicos buscaram novos enfoques para alimentar a pauta sobre essa área.

A esfera econômica ganhou a centralidade das páginas dos jornais e o mercado de imprensa teve de se adaptar, passar por um processo de reconfiguração, no qual os jornais (proprietários e direção) repensaram suas estratégias empresariais. Nesse contexto, um dos caminhos adotados foi a popularização dos periódicos, a afirmação de um movimento de aproximação com os leitores. Isso se deu de forma perceptível na editoria de economia com a mudança de sua linguagem.

A outra dimensão da reconfiguração do jornalismo de economia foi, sobretudo, política. A imprensa se posicionou na cobertura dos pacotes econômicos e acabou atuando como importante agente político nesse processo. Essa característica pôde ser observada em pelo menos três momentos emblemáticos do pós-redemocratização até o Plano Real: na “era” do Cruzado, no Plano Collor e no período de gestação e lançamento do Plano Real.

A “era” do real, se inicia, trazendo a estabilização como uma novidade há anos não sentida pela população. Para que ela depositasse confiança em mais um pacote econômico, o governo teve um cuidado redobrado no trabalho de comunicação sobre as mudanças que seriam implementadas na elaboração do Plano Real. FHC, como ministro da Fazenda, e a equipe econômica do governo Itamar Franco buscaram, como estratégia de construção da credibilidade do novo pacote, a comunicação antecipada das medidas para a sociedade.

FHC utilizou o que chamou de a “arte da política” para conseguir fazer as articulações entre os diversos agentes a fim de convencê-los do êxito das medidas. Os veículos de comunicação contribuíram para a construção da credibilidade do Plano Real, na medida em que divulgaram amplamente os discursos das fontes oficiais e apoiaram o pacote em seus textos opinativos. Contribuiu sobremaneira para essa credibilidade, também, o fato

---

<sup>12</sup> Cf. LENE, Hérica. **Jornalismo de economia no Brasil** (2013).

(e a divulgação do fato pela imprensa) de que a aplicação desse plano iniciou um processo de aumento da capacidade de consumo da população.

Após o Real, a pauta do jornalismo de economia também se ampliou em tempos de estabilização. Alguns temas passaram a ser abordados pela editoria dessa área: combate à pobreza, natureza da desigualdade, desafios da educação. A análise dos jornais mostra que, controlado o dragão inflacionário, com o Plano Real, o jornalismo de economia passou a cobrir as mudanças em tempos de previsibilidade e buscou novos assuntos para a pauta, inclusive os citados temas sociais.

Nessa trajetória, tanto o Brasil, quanto o jornalismo de economia se “reinventaram” no final do século XX. O país reconfigurou sua economia, por meio dos pacotes de estabilização, e a editoria dessa área, sua forma de apresentar a notícia e de desenvolver sua cobertura. Esse subcampo acompanhou e registrou notícias sobre um país que, de certa forma, foi sendo “reinventado” nos discursos do governo sobre os pacotes econômicos. José Sarney fez isso no lançamento do Plano Cruzado, como o primeiro da “Nova República” que se iniciava, rompendo simbolicamente com a ditadura militar que, a partir de então, passava a representar o passado.

Fernando Collor, com o seu “Brasil Novo”, tentou marcar seu primeiro dia de governo como um momento de renovação da economia, com um pacote que confiscou a poupança de milhares de brasileiros a um só golpe. Depois de tantas tentativas fracassadas, foi elaborado o Plano Real, cujo discurso de credibilidade foi construído pelo governo com uma estratégia discursiva que se centrava na afirmação de que aquela vez seria diferente das anteriores. Não haveria congelamentos de preços nem confisco da poupança e a população seria avisada antecipadamente sobre as medidas.

O discurso do governo no Plano Real, mais uma vez, foi de instauração de uma “nova” fase para o país. A moeda, vendida como “forte e permanente”, também apresentou uma renovada forma de a população conviver com uma economia mais estável, com uma inflação relativamente controlada. Com isso, reinventou-se, no país, por sua vez, o consumo e o consumidor, que antes desse plano estavam reprimidos por índices inflacionários assustadores.

### **Bibliografia consultada/Referências bibliográficas:**

ABREU, Alzira Alves de. **Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática.** In: ABREU, Alzira A., LATTMAN-WELTMAN, Fernando & KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e Política no Brasil – jornalismo e ficção.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



- BALANÇO DOS 12 MESES DO PLANO REAL. Disponível em: [www.fazenda.gov.br/.../plano-real/balanco\\_dos\\_12\\_meses\\_do\\_real.pdf](http://www.fazenda.gov.br/.../plano-real/balanco_dos_12_meses_do_real.pdf). Acesso em 26 de junho de 2014.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”**. Trabalho apresentando no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. In: ANAIS do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Porto Alegre, PUC do Rio Grande do Sul, 30/08 a 3/09/2004.
- BARBOSA, Marialva. **Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 12, p.13-26, dez. 2006.
- BETING, Joelmir. **Jornalismo de economia depois da redemocratização**. Entrevistadora: Hérica Lene. São Paulo, Rede Bandeirantes, 26 de março de 2007.
- BIONDI, Aloysio Biondi. **A bola da vez são os EUA**. Entrevista concedida à revista *Caros Amigos* em outubro de 1998. Disponível em [http://carosamigos.terra.com.br/outro\\_edicoes/grandes-entrevistas.asp](http://carosamigos.terra.com.br/outro_edicoes/grandes-entrevistas.asp). Acesso em 12 de outubro de 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política – a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DANA, Samy. **20 anos do Plano Real**. Folha de S. Paulo, 16/04/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/carodinheiro/2014/04/1441469-20-anos-de-plano-real.shtml>. Acesso em 30 de junho de 2014.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- FRANCO, Gustavo. “20 anos do Plano Real”. Disponível em: *O Globo* de 22/02/2014. <http://oglobo.globo.com/economia/20-anos-do-plano-real-11687119>. Acesso em 30/06/2014.
- GUIA DO REAL. Encarte do jornal *O Globo*, em 1º de julho de 1994, p.5.
- KUCINSKI, Bernardo. *A mídia de FHC e o fim da razão*. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998, p.181-199.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo econômico**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LEITÃO, Miriam. **Jornalismo de economia depois da redemocratização**. Entrevistadora: Hérica Lene. Rio de Janeiro, na residência da jornalista, na Gávea, em 15 de maio de 2007.
- LENE, Hérica. **Jornalismo de economia no Brasil**. Cruz das Almas-BA: Editora da UFRB, 2013.
- MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional – a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- NASSIF, Luís. **Jornalismo de economia depois da redemocratização**. Entrevistadora: Hérica Lene. São Paulo, na Agência Dinheiro Vivo, 26 de março de 2007.
- NASSIF, Luís. **Os cabeças-de-planilha – como o pensamento econômico da Era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- OS 20 ANOS DO PLANO REAL. Caderno especial da *Época Negócios*. Disponível em: <http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/>. Acesso em 30 de junho de 2014.
- PRADO, Maria Clara R. M. do. **Real história do Real – uma radiografia da moeda que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL. Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso, 1998. Disponível em: [www.fazenda.gov.br/...real/real-\\_4\\_anos\\_que\\_mudaram\\_o\\_mundo.pdf](http://www.fazenda.gov.br/...real/real-_4_anos_que_mudaram_o_mundo.pdf). Acesso em 26 de junho de 2014.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SARDENBERG, Carlos. Palestra “A transição no jornalismo econômico”, em 24/11/1995 e publicada no site <http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>. Acesso em 1º/05/2004.
- \_\_\_\_\_. Palestra “Muitas mídias, a mesma notícia”, realizada no dia 24 de novembro de 2008 no auditório da *Rede Gazeta de Comunicação*, em Vitória-ES.
- SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003, 4ª edição.
- SICSÚ, João. **20 anos depois: quem são os donos do plano Real?** Carta Capital, 17/03/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/20-anos-depois-quem-sao-os-donos-do-plano-real-407.html>. Acesso em 8 de junho de 2014.